



**Relatório do II Encontro sobre
Segurança de Barragens – Região
Centro Oeste**

INTRODUÇÃO

Nos dias 06 e 07 de novembro ocorreu o II Encontro sobre Segurança de Barragens – Região Centro-Oeste, em Goiânia.

O Encontro foi realizado com o objetivo de disseminar a cultura da segurança de barragens e auxiliar os órgãos estaduais na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragem em seus âmbitos de atuação, em consonância com as metas do Progestão, por meio de articulação com lideranças de órgãos fiscalizadores e com os principais empreendedores.

Investiu-se na participação de instâncias superiores, com a presença de dirigentes dos órgãos gestores, além de empreendedores e a Defesa Civil. Houve também a presença de técnicos desses órgãos.

Cada fiscalizador ficou encarregado de convidar os principais empreendedores de barragens fiscalizados.

O evento tratou de barragens de usos múltiplos, de geração de energia elétrica e de mineração. O evento surgiu como encaminhamento da II Oficina dos Fiscalizadores da Segurança de Barragens, realizada em outubro de 2017 em Brasília: ***“foi solicitado que houvesse, em 2018, Oficinas por estado ou regionais, com a presença dos Secretários de Estado, da ANA e dos empreendedores das barragens que mais preocupam, para dar maior peso ao tema e tentar maior eficácia nas ações de recuperação de barragens. Oficinas com todos os estados juntos deveria ter uma periodicidade maior, talvez a cada 3 anos.”***

As Unidades da Federação Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal estavam presentes.

METODOLOGIA

Houve apresentações de entidades fiscalizadoras da segurança de barragens, de empreendedores e da Defesa Civil.

No segundo dia do evento, foram elencados alguns temas para debates em grupos. Todos escreveram suas propostas de soluções para os problemas levantados, em arquivo digital.

APRESENTAÇÕES 06 DE NOVEMBRO

ANA – Superintendente de Regulação - Rodrigo Flecha

Este encontro surgiu de uma demanda da Oficina de Segurança de Barragens Nacional realizada em 2017. Cada fiscalizador deve realizar seus próprios encontros estaduais. Devemos verificar o estado de desenvolvimento de cada ator, verificar os desafios e buscar soluções, mesmo com equipes reduzidas. A cultura de segurança de barragens deve estar instalada nos atores da política e na sociedade em geral. Barragens são bem-vindas com as devidas preocupações socioambientais.

SECIMA/GO – Superintendente Executivo de Recursos Hídricos – Paulo

Agradeceu a iniciativa de divulgação da PNSB. Em 2010 foi criada a Lei 12.334/10, mas apenas em 2015 os olhares se voltaram para o tema, com o acidente de Mariana. Em Goiás há bastante empreendimentos relacionados à barramentos – irrigação, indústria, mineração. Reafirmou o compromisso do estado de Goiás com a PNSB, e considera que a troca de experiências entre os estados e empreendedores é um campo fértil para a implantação da PNSB.

Defesa Civil – MS – Tenente Coronel Catarinelli

Já houve rompimentos de barragens no estado, a Defesa Civil trabalha com a percepção da sociedade em relação à segurança de barragens. O somatório de experiências é muito rico. Há interesse de realizar um encontro sobre a temática no estado do MS.

SEMA/MT – Superintendente de Recursos Hídricos - Murilo

Há um levantamento no estado de 185 mil barragens sem autorização. O estado tem deficiência de pessoal, assim como os demais estados. Houve acidentes de pequena monta. Existem muitas barragens em cascata no estado. Está empenhado em deslanchar a PNSB. O estado é o segundo produtor de peixe do Brasil, por isso há de se tomar cuidado como a forma com que as barragens estão sendo construídas. A equipe é pequena – 2 pessoas, mas já trabalharam bastante, fazendo o levantamento do quantitativo de barragens. São parceiros da ANA, e sensibilizarão a equipe de transição de governo.

ADASA/DF– Diretor Presidente – Paulo Salles

Existe a importância da regularização de vazões, o que ajudará os produtores e a população. Nesta data emblemática – 3 anos de Mariana, há de se ver as barragens em sentido amplo. Ressaltou o papel da Defesa Civil para a PNSB. No DF, há medidores de vazão e os alertas são emitidos em conjunto com a Defesa Civil.

ANA – Coordenadora de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens - Fernanda Laus

Mostrou um panorama da PNSB e ressaltou a necessidade e importância de se estabelecerem parcerias entre as entidades públicas e de os empreendedores atuarem como protagonistas da PNSB.

ANA – Especialista em Geoprocessamento - Márcio Bomfim

Um dos grandes desafios é retirar os dados para o RSB do SNISB. Mostrou a nova interface do SNISB – módulo Plano de Segurança de Barragem.

ANA – Superintendente de Regulação - Rodrigo Flecha

Só estão sendo cadastradas atualmente no SNISB as barragens regularizadas. Estamos buscando alternativas para que o SNISB não tenha dados sem serventia. Está em desenvolvimento também uma integração com os dados da ANEEL via webservice.

ANA – Especialista em Recursos Hídricos - Marcus Vinícius

A partir da classificação, as ações da fiscalização da ANA são priorizadas. A atuação inicial da ANA se deu por meio de contratação de empresa terceirizada para cadastro e identificação de empreendedor. A fiscalização da ANA é paulatina, primeiramente verifica-se se o empreendedor está cumprindo a Lei, posteriormente verifica-se a qualidade da documentação. Há muitos empreendedores em vias de elaborar os documentos e realizar as inspeções nos prazos estabelecidos na Res. 236/17. Há uma empresa contratada pela ANA – Engecorps – encarregada de elaborar um manual sobre descomissionamento de barragens.

CBDB – Diretor Regional - Habib

Convidou todos a verificarem o site www.cbdb.org.br. O CBDB é uma instituição sem fins lucrativos, convidou todos para se associarem. Expôs um vídeo institucional do CBDB sobre a importância das barragens.

ANM - Paniago

O regulamento vigente é a Portaria 70.389/17.

Em 2010, havia o Relatório Anual de lavra – RAL. Em 2012, havia uma classificação remota. Em 2017, foi criado o SIGBM, com informações recebidas em tempo real. Em 2018, há 786 barragens cadastradas, sendo 417 inseridas na PNSB. Dessas, 219 estão em Minas Gerais. Grande parte das barragens possuem volume pequeno.

Está em andamento o mapeamento remoto em Mato Grosso, para complementar o cadastro. O valor das multas é em torno de 3 mil reais, mas é retroativa, e fazem um montante razoável por não ter seguido a Lei desde 2010.

O extrato de inspeção regular passou a ser quinzenal desde maio de 2017. É necessária inspeção especial diária quando necessário, o PAEBM obrigatoriamente para DPA Alto, e DPA médio em algumas circunstâncias. O uso de sirenes passou a ser obrigatório na Zona de Autosalvamento – ZAS. O treinamento interno deve ser realizado duas vezes por ano.

O gerenciamento por parte da ANM passou a ser realizado pelo Ranking das barragens, que se baseia em 21 parâmetros. Quem alimenta é o empreendedor. Os autos de infração são gerados automaticamente, e os técnicos os emitem.

ANEEL - Lincoln

Explicou as estratégias fiscalizatórias da ANEEL. Com exceção do DF, a ANEEL possui convênio com todas as agências reguladoras estaduais dos demais estados. Mostrou o FSB no site da ANEEL, bem como informações online sobre o Relatório de Classificação de barragens. Citou o entendimento da procuradoria da ANEEL sobre o dever de fiscalizar as CGHs, mesmo sendo apenas passíveis de registro. 112 CGHs se enquadram na Lei.

ANEEL - Wellington

Considera importante um detalhamento do conteúdo mínimo do PSB pelos fiscalizadores. Considera que os fiscalizadores devem se preocupar com a forma de averiguar a qualidade das manchas expostas pelos empreendedores.

CBDB – Diretor Regional - Habib

Relatou a dificuldade de se obter a manha de inundação no Norte e de se contatar prefeituras.

SECIMA/GO - Fernando

A regulamentação da SECIMA já está bem encaminhada, vão publicar este ano. O cadastramento evoluiu, constam 180 barragens no SNISB. Este ano houve 1 rompimento de barragem no estado por falta de cuidados e erro de projeto. Pretendem avançar na classificação e, a partir daí, fazerem a fiscalização em campo. Há em torno de 8400 barragens no estado de Goiás.

ANA – Superintendente de Regulação - Rodrigo Flecha

As barragens de usos múltiplos são mais complicadas que o setor elétrico e mineração, pois nestas a barragem faz parte do negócio.

ANM - Eriberto

Hoje os empreendedores do setor de mineração já possuem a percepção de que a barragem faz parte do negócio, o que não ocorria antes do acidente de Mariana. Hoje a vistoria do fiscalizador tem foco na barragem, anteriormente era vistoriado todo o empreendimento.

SEMA/MT – Superintendente de Recursos Hídricos – Murilo Covezzi

O Decreto (que inclui licenciamento, outorga de obra hídrica) será publicado este ano, vai ser efetivada a nova gerência de segurança de barragens via regimento interno da secretaria. As 185 mil barragens do estado são provenientes do CAR, e há uma demanda dos empreendedores para regularização dessas barragens. Há 3 consultores no setor de segurança de barragens no estado, deve haver mais capacitações. A maior parte dos instrumentos da PNSB será implementada ainda este ano.

IMASUL/MS - Claudete

O recurso do Progestão foi utilizado para contratar 19 bolsistas. A bolsista de segurança de barragens será recontratada. As metas do Progestão para 2018 serão cumpridas. Em 2019 irão a campo para validar informações com suspeita de inveracidade. Informou que na última oficina do Progestão foi exposto que a maior demanda dos estados foi por capacitação em segurança de barragens, tanto para fiscalizadores como para consultores.

ADASA/DF – Diretor Presidente Paulo Salles

Há 94 barragens com processo aberto na ADASA. Destas, 33 não foram outorgadas por falta de informações. Há dúvidas em relação aos critérios complementares para classificação quanto ao DPA, além de dúvidas relacionadas à fiscalização de barragens.

Pontos para avançar: aperfeiçoamento das outorgas, buscando integrar disponibilidades de águas subterrâneas com superficiais. As 33 barragens serão outorgadas até o final de 2018. A comunicação com os empreendedores deve ser melhorada, bem como com a população.

Foi realizado investimento no Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, os dados do SNISB serão também inseridos neste sistema estadual.

Apesar de nenhuma barragem ainda estar enquadrada na Lei, considera importante haver uma regulamentação para barragens pequenas. Com o alto custo para elaboração do PSB, empreendedores pequenos tendem a não cumprir a lei. A regulamentação da lei será objeto de audiência pública ainda este ano.

FEMARH/RR - Artur

O foco principal no estado é piscicultura de pequenas barragens.

APRESENTAÇÕES 07 DE NOVEMBRO

CENAD – Rafael Machado

A instituição ainda não internalizou o tema Segurança de barragens, ainda não é uma pauta institucional. O PAE só terá efetividade se a defesa civil se capacitar na temática. Há que se ter um trabalho colaborativo entre o empreendedor e a defesa civil, com parcerias inclusive com os

fiscalizadores. Divulgou o material “Orientações para Defesa Civil municipal para atuação em emergências de barragens”. O risco de barragens é o segundo que mais ameaça a vida dos brasileiros, ficando atrás de encostas. Os servidores da esfera federal são todos cedidos, necessidade de pessoal do quadro específico.

SEMA/MT – Superintendente de Recursos Hídricos - Murilo

A defesa civil no estado do MT é precária.

Defesa Civil – MS – Tenente Coronel Catarinelli

Coordena a Defesa Civil do estado no MS. A defesa civil sofre com a perda de continuidade, assim como diversos setores públicos.

A defesa civil pode ser criada pelo Prefeito ou não. Se quiser repasse de recursos, tem que criar. Há empreendedores entregando o PSB e convidando a Defesa Civil para participar em simulados. A carência de estrutura dos municípios é algo preocupante.

Defesa Civil – GO - Tenente Valdick

Os servidores são cedidos do Corpo de Bombeiros, acumulando funções. Considera que o nível municipal deve avançar. De 240 municípios, apenas 6 conseguem fazer algo. Muitos não sabem instruir o processo no S2ID, trabalhar com computadores. Nunca recebeu nenhum aviso do fiscalizador de Goiás (art. 17 Lei 12.334/10).

Relatou o rompimento da barragem da hidrelétrica de Espora (sem perdas de vida), de uma barragem particular no município de Uruana (com 2 perdas de vida) e no município de Itaberaí.

Todo Manual de Crise recomenda falar a verdade para as pessoas, então o empreendedor deve estreitar a relação com a população. A população é ávida para ter alguém para ajudá-la. O fator humano é essencial para que o empreendedor aceite as fiscalizações de forma mais natural. Quando se intimida as pessoas, elas tendem a resistir.

SANEAGO – GO -Tinil

Precisa ampliar as especializações em segurança de barragens. É necessário preservar a barragem Joao Leite porque é também uma das principais fontes de abastecimento público de Goiânia. Se romper, além de perder a barragem, a população fica sem água. O monitoramento e as inspeções na barragem Joao Leite são realizados desde 2009. Uma pena não ter instalado instrumentação na época de obra.

ANEEL - Wellington

Tentar uniformizar os regulamentos, quando possível, inclusive quanto às letras usadas nas classes das barragens (A, B, C e D).

ANA – Superintendente de Regulação - Rodrigo Flecha

Sugeriu que os regulamentos sejam discutidos na CTAP/CNRH.

ANEEL - Wellington

Explicou como funciona o sistema de Credenciamento da ANEEL.

APRESENTAÇÃO PELOS GRUPOS DAS DISCUSSÕES

Abaixo é apresentada tabela contendo os temas abordados no debate final do evento, com as respectivas soluções sugeridas.

Os temas foram sugeridos pelos participantes do evento. As discussões ocorreram em grupos.

Tabela 1 – Registros de encaminhamentos do debate final.

| Tema | Problema | Soluções | | | |
|---------------------------|--|--|--|--|--|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 |
| Cadastro | Empreendedor não identificado, cadastro incompleto | - Pesquisar bases de dados geoespaciais nos órgãos gestores e fiscalizadores, CAR, pistas de pouso particulares homologadas (INFRAERO), distribuidoras de energia // Pesquisas dos registros de imóveis rurais (cartórios) // Fiscalização em campo, questionários com moradores locais, tomada de dados em campo (Defesa Civil e órgãos fiscalizadores) // Notificações para complementação de cadastro | Cruzar dados com outros setores do órgão (CAR) e também de outras entidades. Validar informações com imagens de satélite. Fiscalização de campo. | - Layer de Barragem no SIMCAR - MT - consultar CAR quando estiver inserido no Federal - demais Estados - INFOSEG - Endereço da pessoa Física (quando somente Obter o nome e CPF do proprietário- Quando não encontrado - Publicação em edital do Diário Oficial e plano desativação da barragem (órgão fiscalizador/parceiros - Prefeitura- consórcio intermunicipal). Notificação para complementar dados do cadastro | Utilização do CAR para identificação do proprietário. Utilização imagens Rapid Eye para identificação. Terceirização do cadastro. Priorizar barragens PNSB, e por áreas de maior ocupação. |
| Capacitação e comunicação | Equipes mudam constantemente no âmbito dos fiscalizadores estaduais, criando a necessidade de oferta contínua de capacitação | Sensibilização das autoridades sobre a necessidade de capacitação sobre o tema // Agendas positivas com cursos, palestras, workshops, intercâmbios // Criação de trilhas de conhecimento, repositórios técnicos // Multiplicação do conhecimento para as equipes nas três esferas // EaD e vídeo aulas // Parcerias com instituições de ensino | Curso de capacitação contínua EAD e presencial para equipe permanente do órgão e de pessoal flutuante. Mapeamento de processos e elaboração de manuais de procedimentos. Banco de dados centralizados. | Política de Capacitações periódicas (ANA/CBDB/ÓRGÃOS FISCALIZADORES/ANEEL / CREA) - ÓRGÃO ESTADUAIS DEFINIREM PELO MENOS UM SERVIDOR EFETIVO NO SETOR DE SEGURANÇA DE BARRAGEM para ser multiplicador das normas e procedimentos do setor. | Capacitação de pessoal de nível técnico em cursos especializados. Elaboração de capacitação institucional, utilizando multiplicadores, modalidade EAD, entre outras metodologias aplicáveis. |

| Tema | Problema | Soluções | | | |
|---|--|---|--|--|---|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 |
| Capacitação e comunicação | Defesa civil municipal, empreendedores | Empoderamento da Defesa Civil para que possa criar mecanismos para o pleno gerenciamento de riscos, fomentando a prevenção de desastres // Parceria com instituições multitarefas para auxílio nos trabalhos (DNIT, DNOCS) // Gestão junto à presidência da república nas tomadas de decisões // Criação de carreira específica para a Defesa Civil nas 3 esferas | Fortalecimento da Defesa Civil Municipal, parceria com outros órgãos municipais, com capacitação da estrutura municipal e de formação de rede com a sociedade civil organizada. Fomentar a participação do empreendedor na criação e manutenção da Defesa Civil. | Fomentar equipes fixas de defesa civil nos municípios (órgão fiscalizadores) - estabelecer estratégias de comunicação e respostas a emergências de incidentes em Barragens (órgão fiscalizador - defesa civil) | Revisão da regulamentação disponível para adequação em situações específicas. |
| Estratégia para atuação em pequenas barragens | Grande quantidade de barragens de pequeno porte na região CO | - | Classificar e hierarquizar conforme o DPA; Revisão periódica. | Priorizar a regularização por categoria de dano e a em cascatas | Definir linha de corte para cadastro, outorga e demais ações. |
| Fiscalização | estratégias para fiscalizar | Capacidade em aplicar a lei e ações vinculantes que penalizem empreendedores com más práticas // Conscientizar e capacitar a população para identificação de situações de risco // Aplicativos e canais de comunicação para denúncias | Priorizar as barragens classificadas com DPA Alto e CRI Alto e na sequência DPA e CRI médio de acordo com a equipe que existe no órgão. | Priorizar as cadastradas/classificadas/outorgadas (que apresentam Relatório Inspeção Segurança Regular) as que apresentam maior DPA - as não cadastradas priorizar o maior dano a população do município | Planejamento (níveis de ação), orçamento, definir pessoal, estrutura e metas. |

| Tema | Problema | Soluções | | | |
|------------------------|---|--|--|---|---|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 |
| Parcerias | Fiscalizadores, Defesa Civil, CBDB, órgãos ambientais, empreendedores, CBHs, Universidades, Ministério Público, Prefeituras | Parceria ADASA x SEMA x IBRAM // Parceria com universidades para capacitação // Acordos de cooperação técnica, reuniões, eventos nas 3 esferas, workshops | Planejamento para vistoria conjunta de vários órgãos: fiscalizadores, órgãos ambientais, empreendedores; Treinamento referente ao PAE em conjunto com a Defesa Civil, fiscalizadores, órgãos ambientais, empreendedores, Prefeituras e Ministério Público, CBHs e Universidades. | órgão fiscalizador / CREA / ANA /Universidades - curso de capacitação para consultores - Fomentar junto aos sindicatos Rurais a política de segurança de Barragens - Sensibilizar o Ministério Público sobre a importância da PESB. - Fortalecer parceira do órgão fiscalizador / Defesa civil/ município na implementação PAE e PLACON | Formalizar acordos de cooperação e implantar ações integradas. |
| Equipe do fiscalizador | Falta de pessoal (fiscalizador, defesa civil) | Concursos, contratações temporárias, criação de carreira específica na Defesa Civil, valorização do profissional fiscalizador de barragens nas 3 esferas, investimentos e recursos para criação de setores específicos para fiscalização de barragens, parcerias com demais órgãos que possam colaborar com as fiscalizações | Precisa ser criado o setor de Segurança de Barragens, equipar com pessoal e capacitar. | Promover concurso (governos Estaduais) para área finalística dos órgãos (com perfis profissionais específicos para área de Segurança de barragem). Promover Estágios não remunerados com estudantes do últimos anos de universidade para auxiliar no trabalho de segurança de Barragem. | Definir quadro mínimo por lei. Estudar possibilidade de convênios no âmbito administrativo. |

| Tema | Problema | Soluções | | | |
|---------------------|---|--|---|---|---|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 |
| SNISB | Está atendendo as necessidades? | Pontos problemáticos: Escalas incompatíveis, não atingimento do universo esperado, não alimentação da base pelos outros órgãos, Interoperacionalidade entre bases. | Precisa ser utilizado por um maior período e assim analisar sobre as necessidades de melhoria ou alteração. | Pode haver solicitação de alguma alteração no sistema quando efetivamente os Estados começarem a lançar seus dados - a ANA vai proceder tais Alterações?? | Sim. Aumentar a escala da base hidrográfica. |
| Ações em emergência | Fortalecimento do Sistema de Defesa Civil | Empoderar os órgãos de defesa civil, implantação de compensação por parte dos empreendedores geradores de riscos, criação de carreira específica na Defesa Civil, investimentos nas 3 esferas, alocação de verbas compensatórias de atividades geradoras de riscos na estruturação de órgãos de proteção e defesa civil. | Vincular parte da verba da Compensação Financeira da Geração de Energia para a Defesa Civil Municipal. | Sensibilizar os Governos a fortalecer a defesa civil em todos os níveis (Federal/Estadual/Municipal) - Criar carreira específica para a defesa civil | Definir quadro mínimo por lei. Estudar possibilidade de convênios no âmbito administrativo. |